

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



RIO SÃO FRANCISCO

Ibama vai retomar audiência pública sobre projeto de integração do Rio São Francisco

Suzana Leite

Brasília – Após a realização de audiências públicas em oito estados brasileiros, o Ibama vai retomar no próximo dia 11 de abril um encontro extra para debater o projeto de integração do Rio São Francisco. A audiência pública acontecerá às 18h30, no município de Montes Claros (MG). São esperadas 800 pessoas no debate.

A audiência pública tem como objetivo apresentar o projeto de integração às comunidades, fazendo com que elas possam ter adequada noção do que é o projeto e o que ele significa para a população do semi-árido. Além disso, o encontro vai ouvir as preocupações e críticas ao projeto de integração.

O diretor substituto de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Júnior, explica que Montes Claros foi escolhida por ser a cidade mais próxima do médio Rio São Francisco. "É um pólo regional que congrega uma série de cidades que estão às margens do rio, isso faz com que a participação da população do São Francisco fique facilitada", diz.

O projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do sertão nordestino prevê a transferência de águas para abastecer rios e açudes da região Nordeste que possuem pouca água durante os períodos de seca. As obras são consideradas prioritárias para o governo no setor de infraestrutura, tanto que o Orçamento Geral da União para 2005 reservou R\$ 1 bilhão para a execução da obra.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O projeto está em sua fase final de aprovação, restando apenas o relatório do Ibama para o início do processo de licitação das obras.

O diretor do Ibama comentou que o parecer técnico sobre o Estudo de Impacto Ambiental está perto de sua conclusão. "A equipe técnica já está praticamente finalizando o seu parecer, e com a realização da audiência pública, se não houver impasses novos a serem analisados, ela pode concluí-lo em poucos dias", afirmou. 30/03/2005

Entenda o projeto de integração do Rio São Francisco

Brasília - O projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do sertão nordestino prevê a transferência de águas para abastecer rios e açudes da região Nordeste que possuem pouca água durante os períodos de seca. As obras são consideradas prioritárias para o governo no setor de infraestrutura, tanto que o Orçamento Geral da União para 2005 reservou R\$ 1 bilhão para a execução da obra.

A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O projeto está em sua fase final de aprovação, restando apenas o relatório do Ibama para o início do processo de licitação das obras.

A integração do rio é uma discussão antiga no governo federal. O projeto foi concebido inicialmente em 1985, ainda no âmbito

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Em 1999, o projeto foi transferido para o âmbito do Ministério da Integração Nacional. Atualmente, vários ministérios acompanham as ações do projeto, assim como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - formado pela sociedade civil e pelas três esferas de governo.

O projeto vai além da integração das bacias do Velho Chico - como o rio é popularmente conhecido. A transferência de água está incluída no Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido e a Bacia do Rio São Francisco. A prioridade para o governo federal é melhorar as condições de vida da população que vive às margens do rio ou têm no São Francisco o seu meio de sobrevivência, de acordo com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, em pronunciamento feito em cadeia nacional no último domingo.

O governo federal garante que mais de 9 milhões de pessoas serão beneficiadas pelo projeto que vai custar aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. O custo é defendido pelo ministro Ciro Gomes com base na comparação dos gastos emergenciais feitos para amenizar a seca nos últimos anos. "Ora, se levarmos em conta que nas duas últimas secas o governo anterior ao do presidente Lula gastou cerca de quatro bilhões de reais em medidas paliativas, que não resolvem nada, toda essa obra será paga com o custo de apenas duas secas", disse.

Pontos do projeto estão sendo questionados pelo seu impacto e capacidade de beneficiar a população ribeirinha. O geógrafo Aziz Ab'Sáber, em artigo recente, avalia que os ribeirinhos não seriam os mais privilegiados nos primeiros passos da obra. "De imediato, serão os fazendeiros pecuaristas da beira alta e colinas sertanejas que terão água disponível para o gado nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



termos água disponível para o gado e continuarmos com pouca água para o homem habitante do sertão", escreveu.

O governo, por outro lado, garante que 50 mil hectares de terras situadas na região do projeto de integração vão ser destinadas à reforma agrária. A desapropriação das terras foi autorizada em maio do ano passado, por decreto do presidente Lula, que declarou como de interesse social e utilidade pública cinco mil quilômetros quadrados situados ao longo dos 62 quilômetros de extensão da área de abrangência do projeto de transposição.

Além das áreas que serão perdidas para a passagem dos canais, Aziz Ab'Sáber questiona a capacidade do São Francisco de abastecer outros rios no período de seca, quando seu volume também diminui, restando apenas filetes de água. O Ministério da Integração nega que a capacidade de abastecimento ficaria comprometida: "o ponto de captação foi cuidadosamente estudado para não ter este problema. Depois da barragem de Sobradinho, o rio é completamente regularizado", diz o secretário-executivo do ministério, Pedro Britto.

Os estados mais beneficiados seriam a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. O rio São Francisco possui 2,8 mil km de extensão, nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra, e desemboca no Oceano Atlântico, entre Sergipe e Alagoas.

16/03/2005

Governo vai cadastrar pessoas e empresas que retiram águas do São Francisco

Luciana Vasconcelos

Brasília - As pessoas e empresas que retiram águas do rio São

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Francisco, dos poços e reservatórios da região, deverão ser cadastrados até o final do ano pela Agência Nacional de Águas (ANA). A intenção é conhecer a quantidade de água retirada e descobrir de que maneira essa água é utilizada.

Para isso o governo lançou a campanha "Você já conhece o Velho Chico. Agora, ele quer conhecer você", promovida pela ANA, junto com Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos, com apoio do Ministério da Integração, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e dos Comitês de Bacia.

De acordo com o superintendente de outorgas e cobrança da ANA, Francisco Viana, a intenção é cadastrar 80% dos usuários das águas do rio em quatro meses. Segundo ele, existem hoje cinco mil outorgas concedidas para utilização da bacia, e até o final da campanha poderão ser solicitadas até 50 mil outorgas.

"Queremos conhecer e regularizar a situação de todos os usuários para projetar cenários de uso da água no futuro. Conhecendo os usos atuais em detalhe, regularizando, poderemos planejar usos futuros", afirmou. "Até o final do ano a gente deve ter todos os usuários cadastrados", acrescentou.

Os usuários da bacia vão receber a visita de um cadastrador, que os ajudará a preencher um formulário padrão para todos os estados, com perguntas sobre a produção de cada empreendimento e como utilizam a água. Será registrada também a localização do ponto de retirada de água, que pode estar nas margens de um rio, açude ou pode ser um poço.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco é também responsável pela mobilização da comunidade. "Além de atualizar

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



o cadastro, vamos envolver os reais usuários na discussão", disse a coordenadora de mobilização do comitê, Ângela Damasceno.

A campanha começou dia 14 de março, em Pernambuco, nas seguintes regiões: Pontal (trecho das barragens de perenização), Graças (açude Saco II até a foz), Pajeú (área de influência dos açudes Barra do Juá, Serrinha e Jazigo) e Brígida (área de influência do açude de Entremontes até a foz e Moxotó. Em Minas Gerais, o processo se inicia no dia 21 de março, pelas bacias dos rios Paraopeba e Paracatu.

Qualquer dúvida, o interessado pode ligar para a ANA, no telefone: 0800 644 3001. 16/03/2005

Projeto de integração do São Francisco chega ao estágio "ótimo", diz Ciro Gomes

Olga Bardawill

Fortaleza - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, participou hoje de sessão especial, na Assembléia Legislativa do Ceará, para debater o projeto de integração da bacia do rio São Francisco com as demais bacias do nordeste setentrional. Munido de números e gráficos, Ciro Gomes mostrou detalhes do projeto que, segundo ele, foi inteiramente refeito em toda sua concepção, de maneira que "qualquer brasileiro, de qualquer grupo social, com qualquer grau de escolaridade, tendo oportunidade de conhecê-lo, não terá mais nenhuma dúvida".

Segundo o ministro, o projeto de integração das bacias, que é o mesmo de revitalização do São Francisco, chegou a seu estágio "ótimo" por ordem de presidente Lula. Todos os argumentos sérios que havia, refletindo sobre o rio, seus problemas e a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



integração de bacias, foram incorporados ao projeto, disse ele.

"Hoje só restam dois inimigos poderosos contra o projeto: a desinformação, que cabe a nós remover pela qualidade do projeto e pelas informações que vamos democratizar, e o egoísmo, que infelizmente, aqui e ali, ainda embrutece alguns corações humanos", afirmou **Ciro Gomes**.

O ministro lembrou que a integração das bacias vai garantir o acesso à água para a região do semi-árido nordestino, onde vivem 28% da população brasileira e de onde se extrai 13% da produção do país, mas que tem apenas 3% de toda água potável, dos quais 70% vêm do rio São Francisco.

De acordo com o ministro, os benefícios para esses 12 milhões de nordestinos não vão gerar nenhum prejuízo para nenhuma comunidade dos estados por onde passa o rio São Francisco.

07/03/2005

Ato público em favor da integração do S. Francisco deve reunir 30 mil pessoas em Sousa

Brasil - Um ato público em favor da integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional deverá reunir, no próximo dia 13, cerca de 30 mil pessoas em Sousa, uma das principais cidades do sertão paraibano. Promovido por parlamentares, prefeitos e representantes de entidades da sociedade civil organizada, a manifestação tem o objetivo de divulgar a obra que vai abastecer 12 milhões de pessoas no semi-árido setentrional. "Queremos sensibilizar os opositores do projeto com a nossa necessidade de água para consumo humano e para o desenvolvimento sustentável", disse o deputado federal **Marcondes Gadelha (PTB-PB)**.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Outro objetivo do ato público é fornecer à população do semi-árido argumentos e conhecimentos para defender a integração de bacias como vital para o futuro da região. "Estamos enfrentando uma batalha de opinião pública, porque os opositores do projeto têm empanturrado a imprensa com opiniões negativas. Já é hora de nós, favoráveis à integração de bacias, verbalizarmos nosso direito e nossa necessidade em torno do projeto", argumenta Gadelha.

A iniciativa é das prefeituras de Sousa, Campina Grande, Patos e Monteiro. O Comitê Paraibano em Defesa da Integração das Bacias, instalado na semana passada, apóia a manifestação.

Representantes da bancada federal da Paraíba estarão presentes, juntamente com prefeitos e lideranças políticas dos quatro estados beneficiados pela integração de bacias (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte). Também devem participar deputados estaduais, empresários, vereadores e lideranças religiosas católicas e evangélicas.

Com informações do Ministério da Integração Nacional.

04/03/2005

Coordenador garante que integração do São Francisco será feita só com recursos da União

Graziela Sant'Anna

Brasília - O chefe de gabinete do Ministério da Integração Nacional e coordenador do projeto de integração do Rio São Francisco, Pedro Britto, negou que o governo brasileiro tenha pedido financiamento ao Banco Mundial (Bird) para realizar a obra. "Nós nunca pedimos financiamento ao Banco Mundial (Bird) para o projeto do Rio São Francisco. Ele será feito com recursos da União, nem cogitamos solicitar empréstimo de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



qualquer organismo internacional. O Bird é que se colocou a disposição do governo, mas não temos analisado essa possibilidade", afirmou.

O dinheiro do projeto de integração está previsto no Orçamento deste ano - são R\$ 600 milhões. Alguns estados poderão fazer Parcerias Públicas Privadas (PPPs) para completar as suas adutoras, canais de abastecimento, que vão receber as águas do São Francisco, e ligar os açudes. Um exemplo seria os estados de Pernambuco e da Paraíba, onde falta complementar a rede de adutoras. Casos como esse é que as PPPs poderão ser aplicadas.

Em contrapartida, as empresas participantes das PPPs poderão cobrar uma espécie de aluguel durante um determinado prazo de contrato. Cada estado vai ter a sua companhia de gestão de recursos hídricos que vai receber a água bruta do São Francisco, em seguida essa água será misturada a outras dos diversos reservatórios existentes em cada estado e fará a distribuição. Segundo Brito, "compete a cada estado definir a distribuição e a cobrança dessa água, inclusive com tarifas diferenciadas, mas este é um modelo que está se montando", explicou Brito.

Os estados receptores são Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Os dois primeiros estão prontos para receber as águas. Ambos se prepararam ao longo de décadas construindo um sistema de grande de açudes, de represas e colocando-as interligadas. Os estados têm um prazo de dois anos para complementar a sua infra-estrutura interna. 03/02/2005

Ibama cancela audiência em Maceió sobre projeto para o Rio São Francisco

Carolina Pimentel

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Maceió - Assim como aconteceu em Sergipe, por causa de protestos o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) cancelou também a audiência pública para discussão do projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, prevista para hoje na capital alagoana. Centenas de pessoas promoveram um "apitaco" contra o projeto no auditório do Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas, onde a audiência seria realizada. Os manifestantes pediam a revitalização do rio.

Para o coordenador do núcleo alagoano da Frente Nacional em Defesa do São Francisco e Contra a Transposição, Amivaldo Miranda, o projeto não vai levar água para os mais pobres, como previsto. "O projeto tem como objetivo levar água para a produção de camarão de exportação no Ceará, em detrimento de um projeto de desenvolvimento equilibrado no semi-árido nordestino", afirmou.

O coordenador técnico do Ministério da Integração Nacional, João Urbano, garantiu que a integração do São Francisco vai atender basicamente a população pobre da região. "Parece que os ouvidos não ouvem. Não conseguimos falar", disse, ressaltando as dificuldades de debater o projeto. Quanto à revitalização, principal pedido dos manifestantes, o coordenador lembrou que se trata de prioridade do governo. De acordo com o ministério, em 2004 foram gastos R\$ 26 milhões para a recuperação do São Francisco. Neste ano, os investimentos devem chegar a R\$ 100 milhões.

Das oito audiências programadas pelo Ibama, apenas quatro foram realizadas, nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. O diretor de Licenciamento Ambiental do

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Instituto, Nilvo Silva, já avisou que novas audiências só serão marcadas se houver demanda da sociedade. A de Maceió seria a oitava e última prevista. 02/02/2005

Obras do projeto de Integração do São Francisco devem começar em maio, diz coordenador

Graziela Sant'Anna

Brasília - O cronograma do projeto de Integração do Rio São Francisco não deverá ser modificado e o Ministério da Integração Nacional espera começar as obras no início de maio, o que depende apenas do licenciamento ambiental fornecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A informação é do coordenador do Projeto do Rio São Francisco, Pedro Brito, depois do cancelamento de quatro das oito audiências públicas marcadas pelo Ibama para formular o processo de licença ambiental do empreendimento, devido às manifestações contra o projeto.

Os protestos aconteceram na Bahia, em Minas Gerais, em Sergipe e Alagoas. Ontem, o Ibama cancelou a última, que aconteceria em Maceió (AL). "Se há uma instituição nesse país que quer realizar o debate é o Ibama", afirmou o diretor de licenciamento ambiental do Ibama, Nilvo Silva. Ele explicou que o papel do órgão é fazer uma "análise crítica do projeto", que é do Ministério da Integração Nacional.

Do ponto de vista legal basta uma audiência bem sucedida para que se inicie o processo de licença ambiental. O coordenador do projeto disse que "os estados já tiveram tempo mais do que suficiente para preparar suas análises, nós não temos que

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



esperar todos encaminharem". O Ibama pode não acatar o relatório enviado pelos estados, mas tem que fazer a análise.

A audiência é uma forma de a população discutir os impactos do projeto na comunidade. Cerca de 12 milhões de pessoas que vivem no Polígono da Seca deverão receber água até 2007. Para isso, o governo reservou R\$ 600 milhões no orçamento deste ano. No Plano Plurianual de 2006 e 2007 já consta a previsão de recursos para concluir a obra.

A melhoria nas condições de vida do semi-árido, conta ainda, entre outros projetos, com a construção, até 2014, de mais de 412 mil cisternas que deverá beneficiar 2,06 milhões de pessoas, em cerca de 270 municípios da região e do Projeto Mandala, que faz parte do programa de Agricultura Familiar do governo federal. Mandala é um reservatório central de água com nove círculos em sua volta, onde podem ser cultivados até 56 tipos de plantas. "Esses projetos são independentes, mas não concorrentes, vão complementar o projeto de integração", ressaltou Brito. 03/02/2005

Ibama faz audiência sobre licenciamento ambiental do projeto de integração do São Francisco

Lana Cristina

Brasília - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realiza hoje à noite, em Natal, a segunda audiência pública do processo de licenciamento ambiental do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A expectativa é que participem da audiência representantes de sindicatos, associações de profissionais e de organizações não-governamentais, prefeitos, representantes do governo estadual

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



e da Assembléia Legislativa, de empresas de consultoria e do ministério público, professores universitários, além de cidadãos interessados no tema.

De acordo com o coordenador-geral de Licenciamento Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz, um dos maiores conflitos que podem ser apontados na audiência é o que diz respeito à criação de camarões. Entidades ambientalistas se queixam de que a carcinicultura, nos últimos anos, ocupou áreas de mangue e reduziu o potencial pesqueiro em algumas regiões.

"Como uma das finalidades do projeto seria justamente potencializar a cultura do camarão, acredito que haverá entidades se posicionando contrariamente ao projeto", afirmou Kunz. Ele disse acreditar, no entanto, que o resultado será praticamente favorável ao projeto pelo fato das bacias afetadas pela integração no Rio Grande do Norte serem receptoras (do rio Apodi e Piranhas-Açu). Essa última atravessa também a Paraíba.

Kunz explica que as audiências públicas servem justamente para que a comunidade local aponte impactos ambientais e econômicos que possam ficar de fora do processo de licenciamento. Quem vive na região, disse ele, conhece tudo. "Os técnicos podem não enxergar determinados problemas. É normal, por exemplo, que se dê a licença prévia desde que o empreendedor modifique alguns pontos que são justamente aqueles apontados por participantes das audiências e comprovados posteriormente pelos técnicos na vistoria que se faz posteriormente", explicou.

Para o gerente-executivo do Ibama no Rio Grande do Norte, Sólton Fagundes, a audiência em Natal certamente trará como contribuições posições polarizadas, como a da Secretaria de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Recursos Hídricos do estado, que argumenta que há déficit hídrico no Piranhas-Açu e a do professor da Universidade Federal do RN (UFRN), João Abner. Para Abner, há oferta suficiente de água e até mesmo desperdício em alguns pontos das bacias no estado.

Fagundes defende que o debate em torno da integração seja centrado no âmbito da segurança hídrica, ou seja, da garantia de limites satisfatórios nos reservatórios situados no semi-árido. "Acredito que deve-se levar em conta o impacto social de uma obra desse porte. Além disso, há outro cálculo a ser feito: talvez esteja amortizado com o investimento o que o governo gasta para minimizar os efeitos da seca nas áreas que receberão água do São Francisco", observou. 18/01/2005

Projeto de integração foi retomado depois de três anos de paralisação

Lana Cristina

Brasília - O projeto de integração do São Francisco foi retomado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003, depois de três anos paralisado. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) redefiniu, então, as orientações para reformulação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O órgão ambiental recomendou que o ministério refizesse estudos sobre as alternativas tecnológicas e do traçado dos canais de captação, sobre os impactos abaixo dos pontos de captação, e que apontasse os maiores beneficiários.

O Ibama verificou que o Ministério da Integração Nacional havia respondido a todos os itens após ter recebido o novo estudo em julho do ano passado. O edital com o EIA/Rima reformulado foi

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



publicado em setembro e o Ibama marcou a rodada de audiências públicas para dezembro. O processo, no entanto, foi interrompido por duas liminares concedidas pela Justiça, uma pedido da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia e do Grupo Ambiental da Bahia (Gambá) e a outra a pedido da Associação dos Catadores de Caranguejo do Povoado Saramém, de Sergipe.

A Procuradoria-Geral do Ibama e a Advocacia Geral da União conseguiram suspender a liminar e o Ibama remarcou a rodada de audiências públicas. "É até contraditório, porque as audiências públicas são participativas, fazem parte do processo democrático e sempre foram uma reivindicação de entidades como estas que entraram com a liminar para que não fossem realizadas", observou o coordenador-geral de Licenciamento Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz.

A próxima audiência pública está marcada para quinta-feira (20), em Sousa, na Paraíba. O cronograma segue com audiências em Salgueiro (PE), no dia 22; em Belo Horizonte, no dia 25; em Salvador, no dia 27; em Aracaju, no dia 31; e em Maceió, no dia 2 de fevereiro. A primeira foi realizada em Fortaleza no último dia 15. As entidades que participam das audiências têm prazo de 10 dias depois da última reunião para encaminhar qualquer documentação que considerem relevante para constar no documento do processo de licenciamento. Depois, técnicos do Ibama fazem nova vistoria nos canais de captação para verificar informações apontadas nas audiências e, aí sim, o órgão ambiental fecha o parecer.

O Ibama pode dar um parecer contrário ao projeto, totalmente favorável ou favorável desde que o empreendedor promova modificações. Se favorável, o projeto recebe uma licença prévia e o Ministério da Integração terá que apresentar o projeto

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



executivo - que é o projeto de engenharia da obra - e o programa básico ambiental, que reúne todos os programas e projetos para minimizar os impactos causados pela obra. Se aprovados os dois documentos, o Ibama emite a licença de instalação, que permite o início das obras. O empreendimento prevê a construção de dois canais. O chamado Eixo Leste levará água para o sertão de Pernambuco e Paraíba e o Eixo Norte para os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As bacias beneficiadas serão a do Jaguaribe (CE), Paraíba (PB), Moxotó (PE), Brígida (PE), além do Apodi e Piranhas-açu.

18/01/2005

Frente definirá amanhã ações judiciais contra integração do S. Francisco

Lana Cristina

Brasília - A Frente Nacional em Defesa do Rio São Francisco e Contra a Transposição vai se reunir amanhã (19) em Aracaju, na sede da Ordem dos Advogados de Sergipe (OAB/SE). O objetivo é definir quantas ações judiciais serão impetradas na Justiça contra a decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos favorável ao parecer da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre a disponibilidade de água, considerada suficiente para o desenvolvimento do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. O projeto é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

Segundo Tita Barreto, secretária-executiva do Fórum em Defesa do Rio São Francisco em Sergipe, as 25 entidades que compõem a Frente vão entrar com ação em separado. As entidades incluem o comitê de bacia do rio, assembleias legislativas,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



ministérios públicos estaduais, sindicatos, associações de profissionais e secretarias estaduais.

Vários representantes da Frente em Defesa do São Francisco também planejam contestar a decisão do CNRH na Justiça individualmente. "Vamos ter ações contra esse parecer em toda a bacia. Mas há também pessoas se oferecendo para entrar com ação em tribunais fora da área da bacia, como por exemplo uma entidade de São Paulo. Conselheiros contrários ao parecer da ANA na reunião de ontem também podem nos acompanhar", afirmou Tita.

O CNRH aprovou, com 36 votos favoráveis, nota técnica da ANA que afirma haver água suficiente para o projeto de integração das bacias ontem (17), em reunião realizada em Brasília. O secretário-executivo do comitê da bacia do São Francisco, Luiz Carlos Fontes, afirmou, por ocasião da reunião do CNRH, que houve duas ilegalidades no processo. "Primeiro, a reunião foi realizada em regime de urgência e nós havíamos conseguido suspender, anteriormente, o caráter de urgência em liminar na Justiça. Depois, não houve avaliação do parecer pelas câmaras técnicas do conselho", disse. 18/01/2005

Governador da Paraíba diz que buscará apoio de outros estados para integração do São Francisco

Brasília - O governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima anunciou hoje, antes da audiência pública do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na cidade de Sousa (PB), que pretende convencer os governadores dos outros Estados do Nordeste Setentrional a manifestarem apoio político ao projeto de integração de bacias, cujo objetivo é abastecer o semi-árido com água do Rio São Francisco.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



De acordo com a Assessoria de Imprensa do Ministério da Integração Nacional, o governador paraibano revelou que nos próximos dias pretende manter contato direto com os governadores cujos estados serão beneficiados pela integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do semi-árido, perenizando 1 mil km de rios.

"Trata-se de uma questão crucial para a região, que não pode ser minada por polêmicas dispensáveis", observou o governador, que designou uma equipe formada por secretários e pelo líder do Governo na Assembléia Legislativa, deputado Gilvan Freire, para participar de audiência pública sobre a questão em Sousa. "É imperioso, como já ressaltou o ministro Ciro Gomes (Integração Nacional), que fique claro que o projeto - proposto pelo Governo Federal e que tem os estados beneficiados como parceiros - prevê a revitalização do Rio São Francisco e o aproveitamento parcial de suas águas, sem comprometimento de sua bacia hidrográfica", acrescentou.

O secretário-adjunto de Recursos Hídricos, Sérgio Góis, afirmou que algumas empresas deixaram de se instalar em municípios paraibanos por causa da falta de recursos hídricos suficientes. Na Paraíba, a entrada da água do Rio São Francisco será no eixo Norte, pelo município de Cajazeiras, e no eixo Leste, por Monteiro.

Sérgio Góis disse ainda acreditar que a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, no dia 17, deu um rumo efetivo á obra. Com informações do Ministério da Integração Nacional
20/01/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Área de 50 mil hectares na região da integração do São Francisco será para reforma agrária

Gabriela Guerreiro

Brasília - Pelo menos 50 mil hectares de terras situadas na região do projeto de integração do Rio São Francisco vão ser destinadas à reforma agrária. A desapropriação das terras foi autorizada em maio do ano passado, por decreto do presidente Lula, que declarou como de interesse social e utilidade pública cinco mil quilômetros quadrados situados ao longo dos 62 quilômetros de extensão da área de abrangência do projeto de transposição.

O decreto autorizou a desapropriação de 350 mil hectares de terras na região. Mas segundo levantamento feito pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nesse período, até agora 50 mil hectares são considerados ideais para agricultura – o que permitiria assentar pelo menos duas mil famílias em lotes de 25 hectares.

Caso o governo decida ampliar o número de hectares destinados à reforma agrária, o número de famílias assentadas pode chegar a 12 mil. "Nas terras do São Francisco, declaramos de utilidade pública 2,5 quilômetros para cada lado dos eixos, que dá ao todo 350 mil hectares. Nós não necessariamente vamos desapropriar tudo, e nem tudo é próprio para reforma agrária", ressaltou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Em entrevista à Agência Brasil, o ministro disse que não basta ao governo federal disponibilizar terras para reforma agrária se não der condições aos pequenos produtores de se auto-sustentarem. "Reforma agrária para nós não é só assentar uma

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



pessoa e abandoná-la por lá, como acontecia no passado recente no Brasil. Reforma agrária importa em crédito, e nós multiplicamos por três o volume do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), reforma agrária importa em assistência técnica, e nós demos assistência técnica a 300 mil famílias pela primeira vez na história brasileira no ano passado, e importa também em uma estrutura de apoio e comercialização", defendeu.

Ciro Gomes afirmou que o projeto de integração do rio São Francisco, além de levar água para o Semi-Árido Nordeste, vai cumprir a meta de promover o desenvolvimento sustentável na região. "Além de água, [os moradores] vão ter terra, mas têm também alternativas de produção. Porque simultaneamente está se implantando o programa do biodiesel que é uma alternativa de plantar mamona – uma planta muito própria para o Semi-Árido, com garantia de compra pela Petrobrás", revelou.

Na opinião do ministro, a desapropriação de terras para reforma agrária na região do São Francisco comprova a importância da região nos projetos considerados prioritários para o governo federal. "Hoje, salvo as grandes regiões metropolitanas onde há uma miséria muito sofrida, se poderia dizer que a miséria no Brasil tem endereço, e esse endereço se concentra no Semi-Árido Nordeste e no interior da Amazônia. Por isso, as prioridades para essas regiões", enfatizou.

A primeira parte do projeto de integração do rio São Francisco prevê a construção de dois canais: o Norte, com 402 quilômetros de extensão, e o Leste, com 220 quilômetros. Com 70% das águas do Nordeste, o rio São Francisco tem quase 3000 quilômetros de extensão e drena uma área de 641 mil quilômetros quadrados, constituindo uma bacia hidrográfica, onde estão 504 municípios dos estados da Bahia, Minas Gerais,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Goiás, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e o Distrito Federal.

Na área diretamente afetada pela obra, a 10 quilômetros dos canais, existem cerca de 700 famílias que poderão passar por um processo de desapropriação de terras. O cadastramento dessas famílias já começou. O governo dispõe, para 2005, de R\$ 70 milhões para a compra dos terrenos e reassentamento dos moradores. 23/01/2005

Codevasf estuda concessão de terras para reforma agrária no São Francisco

Gabriela Guerreiro

Brasília - Além dos 350 mil hectares desapropriados pelo governo na região do Rio São Francisco, dos quais pelo menos 50 mil serão utilizados para assentamentos, outros 100 mil hectares de terras da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e o Parnaíba (Codevasf) também serão disponibilizados para o projeto de reforma agrária do governo federal. O formato jurídico para a utilização das terras da Codevasf ainda está em estudo pelo Executivo, mas a idéia da Companhia é que as terras sejam disponibilizadas por meio de concessão.

Segundo o presidente da Codevasf, Luiz Carlos Everton de Faria, as terras que serão disponibilizadas pela empresa estão situadas em localidades próximas a projetos de irrigação – o que facilita o plantio de diversas culturas para os futuros assentados. "Eles poderão se utilizar da tecnologia que a Codevasf possui em irrigação. A tecnologia da Codevasf é irrigação, e nós podemos dar essa contribuição em projetos de assentamentos a exemplo do que já estamos fazendo no Piauí", ressaltou.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Luiz Carlos Faria disse que está previsto no projeto de integração do rio São Francisco um levantamento de todas as propriedades adequadas para a criação de assentamentos, assim como as que são consideradas ideais para irrigação e fruticultura. "Ao passar os canais da integração de bacias, tanto o Norte como o Leste, vamos ter um levantamento de todas as propriedades adequadas à irrigação, áreas que são adequadas à reforma agrária", revelou.

Na avaliação do presidente da Codevasf, a concepção de desenvolvimento social prevista no projeto de integração das águas do Velho Chico pode efetivamente melhorar o potencial econômico da região – assim como reduzir as desigualdades no Nordeste brasileiro. "Não se trata simplesmente de água para o consumo humano. É todo o conjunto de ações que podem ser desenvolvidas nessas regiões. A água é um elemento fundamental para alavancar o desenvolvimento. São ações que com certeza vão propiciar auto-sustentabilidade das populações das margens dessa região", enfatizou.

Com a transposição do rio, Luiz Carlos Faria acredita que as águas atualmente perdidas com a evaporação dos açudes poderá garantir aumento da produção. "A integração de bacias nada mais é do que uma segurança hídrica para esses reservatórios de água e para as populações serem beneficiadas", defendeu. 23/01/2005

Idéia de integração do São Francisco com a reforma agrária nasceu com Celso Furtado

Gabriela Guerreiro

Brasília - A idéia de reservar terras para a reforma agrária dentro do projeto de transposição do Rio São Francisco é antiga,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



e surgiu na década de 60 com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O economista Celso Furtado, que presidiu o órgão entre 1959 e 1964, defendia publicamente a idéia, mas não conseguiu colocá-la em prática.

O ex-presidente Juscelino Kubistchek também tentou vincular a reforma agrária ao projeto de transposição do rio. Ele enviou ao Congresso Nacional em 1959 projeto de lei, conhecido como a "Lei da Irrigação", que determinava a desapropriação de terras para assentamentos antes da implantação de qualquer projeto de irrigação nas margens dos São Francisco. O projeto foi derrotado pelo Congresso Nacional e, com o golpe militar de 1964, acabou sem ser reformulado para nova tentativa de votação pelo Legislativo.

Em entrevista à Agência Brasil em julho de 2003, o economista Celso Furtado criticou o que chamou de "bloqueio das forças reacionárias" à idéia inicial de vincular a reforma agrária à irrigação no Nordeste. Segundo o economista, que morreu em novembro do ano passado, o plano original da Sudene era baseado na "ilusão" de que havia um governo popular chefiado por Juscelino que, com forte apoio popular, conseguiria garantir um processo de transformações da estrutura agrária.

"Por isso, quando nós começamos, a primeira coisa que fizemos na Sudene foi um projeto de lei de reforma agrária disfarçado de uma lei de irrigação. Era preciso aproveitar melhor as terras irrigadas, e nós começamos a reforma agrária por aí. Isso foi levado a sério. Só que as forças reacionárias bloquearam tudo isso. Não foi possível tocar no problema agrário, que é o mais grave no Nordeste, sem dúvida nenhuma", ressaltou.

Na entrevista, realizada no primeiro ano de governo do presidente Lula, Celso Furtado disse estar otimista diante da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



nova proposta de transposição do São Francisco então em estudo pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado em junho de 2003. "Hoje em dia, se há mais recursos para abordar o problema, como eu estou vendo que há muito mais recursos - e mais coragem dos políticos, que já não são mais tão subordinados aos interesses dos latifundiários - isso é um avanço", disse.

O projeto de integração que está em discussão pelo Executivo prevê não apenas a utilização das águas do São Francisco para perenizar os rios e açudes do Nordeste brasileiro no período de estiagem. A prioridade, segundo o governo federal, é melhorar as condições de vida da população que vive às margens do rio ou tem no São Francisco o seu meio de sobrevivência. O Orçamento aprovado no Congresso prevê R\$ 600 milhões para a execução do projeto neste ano.

Os estados mais beneficiados seriam a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. O rio São Francisco possui 2,8 mil km de extensão, nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra, e desemboca no Oceano Atlântico, entre Sergipe e Alagoas.

23/01/2005

STF mantém audiência sobre impacto do projeto de integração do São Francisco

Keite Camacho

Brasília - O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realiza hoje, às 18h30, em Belo Horizonte, a quinta audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco. A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu da decisão do juiz substituto da 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, que

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



suspendia a realização da audiência, a pedido do estado de Minas Gerais e do Ministério Público Federal. A liminar que tornou possível a audiência foi concedida há pouco pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

A AGU argumentou que a discussão sobre o projeto de integração do rio São Francisco envolve vários estados da federação e a União. Segundo nota da Assessoria de Comunicação da AGU, por isso, havia perigo de ofensa ao pacto federativo, sendo, nesta hipótese, matéria de competência do Supremo. Desta forma, passaram a ser levados em conta outros fatores, e não só os apresentados pelo estado de Minas Gerais, considerados na decisão da primeira instância.

Durante as audiências, que reúnem a comunidade a ser atingida pelo impacto do projeto, o Ibama registra as reivindicações e pode solicitar novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). É a partir do estudo que o Ibama vai decidir se concede a licença para o início das obras. Com esse objetivo, oito audiências foram marcadas. As quatro primeiras ocorreram em Fortaleza, Natal, Souza (PB) e Salgueiro (PE). Além de Belo Horizonte, também vão sediar audiências Salvador, no dia 27; Aracaju, no dia 31; e Maceió, no dia 2 de fevereiro. 25/01/2005

Protestos interrompem audiência em BH sobre impacto do projeto para o Rio São Francisco

Paula Menna Barreto

Brasília - Mesmo após liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a realização de audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, um movimento de entidades da sociedade civil impede que a audiência prossiga.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Neste momento, segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cerca de 400 pessoas lotam o auditório no Minascentro, em Belo Horizonte, onde a audiência deveria ocorrer. Uma comissão para negociar o impasse acaba de ser formada por representantes do governo estadual, Ministério da Integração Nacional, Ministérios Públicos federal e estadual, Ibama e organizações não-governamentais.

Os manifestantes contrários ao projeto promoveram um enterro simbólico da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Para o Ibama, a audiência pública prosseguirá ainda nesta noite, tão logo o impasse seja resolvido.

Estão previstas, ao todo, oito reuniões para tratar do assunto. A primeira ocorreu em Fortaleza (CE), no dia 15, com a participação de 160 pessoas. As próximas audiências serão realizadas em Salvador (BA), Aracaju (SE) e Maceió (AL).
25/01/2005

Manifestantes tentam impedir audiência sobre revitalização do São Francisco

Carolina Pimentel

Aracaju - Cerca de cinco mil pessoas – entre elas artistas, trabalhadores, políticos e representantes de instituições da sociedade civil – são esperadas para um manifesto que visa impedir, hoje, a realização da audiência pública sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, segundo informou à Agência Brasil o presidente da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe (OAB/SE), Henri Clay Andrade.

De acordo com o presidente, a manifestação será em frente ao Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), local onde será realizada a audiência, marcada para as 18h30 (horário local). Coordenada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a audiência tem como objetivo discutir com a população o projeto de integração e o processo de licenciamento ambiental. É a segunda vez que o Ibama tenta promover o encontro na capital sergipana.

Henri Clay Andrade argumentou que o governo deveria iniciar primeiro as obras de revitalização do Velho Chico e não de integração do rio. "A transposição é um golpe mortal ao rio", ressaltou. Além disso, ainda segundo o presidente da OAB/SE, é preciso realizar um estudo mais aprofundado do impacto ambiental do projeto, antes de sua discussão. "A revitalização é necessária. Se não for feita, daqui a 20 anos o rio estará morto", afirmou.

Há duas semanas a OAB ajuizou ação civil pública contra a realização da audiência pública. Na ação, a Ordem alega ainda que o projeto do governo é ilegal. De acordo com Andrade, a contestação está baseada em três argumentos: o objetivo principal da integração é facilitar o cultivo de camarão em grande escala para exportação; a bacia doadora não possui condições de transpor as águas; e falta de provas de que os estados que vão receber a água realmente necessitam. A ação ainda não foi julgada.

Para o diretor de licenciamento ambiental do Ibama, Nilvo Silva, a mobilização contra a audiência é uma forma de acabar com o diálogo à força. "Ser contra é absolutamente legítimo. O que

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



não é aceitável, infelizmente, é o que acontece aqui em Sergipe, quando ser contra significa ser contra o debate, impedir o debate à força. Tudo o que o Ibama está fazendo é pelo seu papel institucional e cumprindo a lei do Brasil. Impedir uma audiência pública é impedir a aplicação da lei", disse. E ressaltou que quem sai perdendo, sem a audiência, é a própria sociedade.

Nilvo Silva destacou que o órgão não vai admitir qualquer manifestação "violenta e desrespeitosa". E lembrou que a realização da audiência no estado foi uma iniciativa do Ibama. Durante 75 dias, o instituto abriu espaço para que os estados da Bacia Hidrográfica do São Francisco manifestassem interesse em discutir o licenciamento ambiental com o órgão – apenas Minas Gerais solicitou uma audiência.

"Se tem uma instituição nesse país que quer realizar o debate é o Ibama", afirmou. Ele explicou que o papel do órgão é fazer uma "análise crítica do projeto", que é do Ministério da Integração Nacional. Quanto à revitalização do rio, o diretor insistiu que esta é a principal preocupação do Ibama. E que o processo de integração não deverá interferir na recuperação do rio. "Alguns questionamentos poderão ser encaminhados para o Ministério da Integração Nacional. A população terá ainda 10 dias, após a audiência, para enviar propostas sobre o projeto. A revitalização do rio é uma necessidade independente da discussão do processo do rio São Francisco", acrescentou, destacando que os governos estaduais também precisam assumir essa responsabilidade.

O Ibama não tem prazo para apresentar a conclusão sobre o licenciamento ambiental do projeto. A expectativa do Ministério da Integração Nacional é iniciar as obras em abril. O projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste vai

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



beneficiar o sertão e o agreste dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A previsão é que sejam construídos dois canais: um a Leste, que vai abastecer cidades de Pernambuco e da Paraíba; e outro na direção Norte, que vai levar água para municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte. A idéia é garantir água para 12 milhões de pessoas que vivem no Polígono da Seca.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, será captado apenas um 1% da água que o São Francisco joga no mar para consumo humano e animal no semi-árido nordestino.

31/01/2005

Licenciamento ambiental pode esclarecer dúvidas sobre integração de bacias, diz Carvalho

Lana Cristina

Brasília - O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Carlos Carvalho, disse hoje que o processo de licenciamento ambiental da integração da bacia do São Francisco às bacias dos rios do Nordeste ainda pode esclarecer qualquer dúvida em relação à viabilidade do projeto. O licenciamento é o último passo antes do início das obras. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deverá concluir o processo até março.

Carvalho participou hoje da reunião do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, na qual foi aprovada nota técnica da Agência Nacional de Águas (ANA), que afirma haver disponibilidade hídrica para a integração. "Essas questões merecem ainda algum esclarecimento, e nós esperamos que esse esclarecimento possa ocorrer no âmbito do licenciamento ambiental que está sendo conduzido pelo Ibama", afirmou

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Carvalho, que foi o último ministro do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique.

Carvalho disse que o comitê diverge do mérito do projeto, no âmbito do que chamou de custo-oportunidade. "O projeto prevê, por exemplo, que 80% das águas que serão transferidas pelo Eixo Norte serão utilizadas para irrigação. Nesse exato momento, pelos dados da própria Codevasf, que é o órgão do governo de desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio São Francisco, nós temos conhecimento de que há 180 mil hectares de perímetro irrigado inacabado. Isso, no meu entendimento, representa uma discussão de mérito inclusive com relação ao custo-oportunidade do empreendimento que deve ser levado ao debate da sociedade brasileira", ressaltou o presidente do comitê.

Carvalho destacou que o comitê concorda com a utilização da água para abastecimento humano e para matar a sede dos animais. "Ficou claro, por todas as avaliações feitas até agora, que no caso do Eixo Leste há um comprovado déficit hídrico para abastecimento humano e dessedentação de animal, o que, em tese, revelaria a viabilidade desse empreendimento relativamente ao Eixo Leste", admitiu.

Carvalho, no entanto, disse que não há consenso sobre a viabilidade para os dois tipos de uso no caso do Eixo Norte. "Nós esperamos que, no licenciamento ambiental, isso possa ser discutido. E, eventualmente, até com a conclusão de que, embora seja uma obra necessária para o futuro, ela não tem a urgência com a qual está sendo tratada neste momento", concluiu. 17/01/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ibama retoma hoje em Fortaleza audiências públicas sobre integração da bacia do São Francisco

Brasília - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) retoma hoje (15) o processo de licenciamento ambiental da integração da Bacia do Rio São Francisco. Será realizada às 14h30, no anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, a primeira audiência pública sobre a obra de transposição.

Audiência pública é o espaço aberto pelo Ibama para a sociedade questionar o projeto, apontar eventuais problemas sócio-ambientais da obra em licenciamento e os empreendedores defenderem a proposta. Na audiência, o Ministério da Integração Nacional apresentará o estudo de impacto ambiental e responderá os questionamentos de representantes da sociedade civil.

Nas audiências, as opiniões manifestadas por leigos, especialistas, políticos e empresas são formalmente incorporadas ao processo de licenciamento ambiental. "Este é um compromisso do Ibama", garante o diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Nilvo Silva.

Inicialmente previstas para dezembro do ano passado, a realização das audiências foi suspensa por força de liminares posteriormente cassadas com ações da Advocacia Geral da União. Até o próximo dia 2, o Ibama realizará audiências públicas em mais sete estados, doadores e receptores das águas do São Francisco: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Com informações da Assessoria de Comunicação do Ibama
15/01/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Projeto de integração do Rio São Francisco será votado hoje

Keite Camacho

Brasília - O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) vota hoje parecer sobre a capacidade e disponibilidade de água no rio São Francisco no projeto de integração de bacias. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, preside a reunião e acompanha as análises dos diversos órgãos. Foram apresentados estudos do Ministério da Integração Nacional e da Agência Nacional de Águas (ANA).

De acordo com o ministro interino do Ministério da Integração, Pedro Brito, os benefícios sociais do projeto são tão grandes e necessários para o desenvolvimento humano que dispensariam a análise econômica do projeto. Feita a análise, Brito ressaltou que entre os benefícios econômicos estão o aumento na geração de empregos, com 180 mil postos diretos, e o aumento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) regional nos estados receptores de água da Bacia do Rio São Francisco.

O ministro interino informou que o financiamento do projeto, de R\$ 4,5 milhões, se paga em menos de duas secas. Brito destacou ainda que para a sociedade o custo pela não realização do projeto é maior que a sua implantação. 17/01/2005

Conselho de Recursos Hídricos aprova projeto de integração do Rio São Francisco

Keite Camacho e Lana Cristina

Brasília – O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou com 36 votos o parecer da Agência Nacional de Águas (ANA)

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



que afirma que há quantidade suficiente de água no rio São Francisco para o projeto de integração das bacias. Dez conselheiros se abstiveram e dois votaram contra. Agora, a ANA vai publicar oficialmente a outorga para o uso da água do "Velho Chico".

Durante toda a manhã desta segunda-feira (17), os conselheiros ouviram os argumentos de especialistas da ANA, do Ministério da Integração Nacional e da Câmara Técnica do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco sobre a capacidade hídrica do rio.

De acordo com o ministro interino do Ministério da Integração, Pedro Brito, os benefícios sociais do projeto são tão grandes e necessários para o desenvolvimento humano que dispensariam a análise econômica do projeto. Feita a análise, Brito ressaltou que entre os benefícios econômicos estão o aumento na geração de empregos, com 180 mil postos diretos, e o aumento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) regional nos estados receptores de água da Bacia do rio São Francisco.

Para que o projeto de integração da bacia do São Francisco fosse efetivado, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) precisava decidir sua aprovação em plenário, com a participação de todos os conselheiros, sem passagem do projeto pelas câmaras técnicas.

No Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, responsável pela elaboração de critérios para o uso água do rio, o projeto recebeu várias críticas e foi rejeitado pela maior parte dos integrantes. De acordo com o presidente do comitê, José Carlos Carvalho, isso aconteceu porque o projeto falha por não restringir a destinação das águas para consumo humano, adiantar-se às discussões sobre revitalização e sobrepor às ações no semi-árido do norte setentrional às medidas no semi-

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



árido do São Francisco, que também sofre com a falta de infraestrutura para transporte e distribuição da água.

O tema estava paralisado por decisões judiciais. Em novembro, uma liminar suspendeu a reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que votaria o projeto. A decisão foi concedida pela juíza substituta da 16ª Vara da Justiça Federal, do Distrito Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira. Já, em dezembro, uma ação cautelar concedida pelo juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de Salvador, João Batista de Castro Júnior, também suspendeu todas as audiências públicas que seriam realizadas pelo Ibama e todo o processo de licenciamento ambiental.
17/01/2005

Movimentos sociais vão questionar decisão sobre Rio São Francisco na justiça

Keite Camacho e Lana Cristina

Brasília – A decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que avalia como "suficiente" a capacidade hídrica do Rio São Francisco para o projeto de integração das bacias, será questionada na justiça pela Frente Nacional em Defesa do Rio São Francisco.

"Para nós, o fato do governo ter 51% dos votos não transforma isso numa expressão de democracia. O que nós esperamos é que os interesses da população sejam atendidos. E não é um projeto anti-econômico que vai atender essas necessidades", argumenta Marco Amigo, da Frente Nacional, que é contra o projeto de integração.

A entidade alega que haveria duas ilegalidades no processo de julgamento do parecer da Agência Nacional das Águas (ANA)

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



que considera a existência de capacidade hídrica suficiente para o projeto de integração: a primeira sobre o regime de urgência, que não teria sido respeitado; a segunda é que o tema deveria passar pelas câmaras técnicas.

Durante a reunião do Conselho, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Comitê do Rio São Francisco apresentou argumentos de que o projeto não atendia à população do campo. "Vai atender a boa parte da população urbana, mas aquela que migra é que está mais sujeita aos efeitos da seca", criticou Marcelo Cauás Asfora, coordenador da Câmara Técnica.

Outra crítica de Asfora é que o valor destinado para a obra de integração é maior que o da revitalização do semi-árido nordestino. "Enquanto se tem R\$ 1 bilhão, quase que garantidos para a obra de transposição, a infra-estrutura, a ordem de grandeza dos valores investidos na revitalização é de milhões", disse.

Asfora defende, no entanto, que não se deve reprovar, mas, sim, discutir o projeto. "Ele deve ser muito bem discutido, porque esta questão de reprovar como um todo, de fazer torcida de futebol, dizendo se é contra ou a favor, não caberia", disse.
17/01/2005

Marina descarta pressão para licenciamento ambiental do projeto de integração do S. Francisco

Keite Camacho

Brasília - Para que o projeto de Integração do São Francisco saia do papel, deve passar por todas as etapas de audiências pública estipuladas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ter seu Estudo de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Impacto Ambiental (EIA) aprovado e a licença prévia concedida para o início de licitação das obras.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que no cronograma de licenciamento ambiental não há pressão ou atitude do seu ministério, ou do Ibama, para que se tenha um licenciamento "a toque de caixa". A ministra presidiu hoje a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), onde foi aprovado parecer da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre a capacidade hídrica do Rio São Francisco.

"Não há pressão para um licenciamento a toque de caixa em fevereiro ou qualquer data que não signifique resolver adequadamente todas as questões que devam ser resolvidas no âmbito do licenciamento ambiental", afirmou Marina Silva.

A ministra acrescentou que o processo de audiências públicas, iniciado no fim de semana, é complexo e que não "há insinuação de atropelamento do que deva ser tecnicamente observado".

No fim de semana, Fortaleza sediou durante cerca de seis horas a primeira audiência pública do projeto. De acordo com João Urbano Cagnin, diretor técnico do Ministério da Integração Nacional, as maiores preocupações dos participantes da audiência foram quanto ao local por onde a água passará, o custo dessa água e a questão das desapropriações ao longo do canal.

"São preocupações legítimas e as audiências nos ajudam a levantar estas questões e a dar respostas concretas. Vai haver um programa de ação fundiária, ao longo dos canais, que beneficiará os pequenos produtores rurais de agricultura familiar. Além disso, há um decreto declarando de utilidade pública uma faixa de cinco quilômetros a partir das margens dos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



canais. O Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já começou a fazer o levantamento na região", contou.

Mais sete audiências estão programadas até o dia 2 de fevereiro, no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. 17/01/2005

Recursos para obras de integração do São Francisco são suficientes, diz ministro interino

Luciana Vasconcelos

Brasília - Embora os recursos para a integração da bacia do Rio São Francisco, uma das prioridades do governo este ano, sejam inferiores aos R\$ 1,07 bilhão previstos inicialmente, eles são suficientes para garantir a execução das obras neste ano. A garantia foi dada pelo ministro interino da Integração Nacional, Pedro Brito, coordenador-geral do projeto.

O orçamento disponível para 2005 é de R\$ 600 milhões. "Como as obras não começaram em janeiro, como inicialmente estava previsto, e deverão começar lá para o final de março, esse adiamento, digamos assim, permite que com R\$ 600 milhões se construa tudo aquilo que é possível construir nesse ano", afirmou Brito. "O projeto não será prejudicado, já que o cronograma terá seqüência normal, sem qualquer problema", completou.

O ministro interino disse acreditar que as obras poderão começar em abril, depois que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conceder uma licença prévia. Antes, serão realizadas oito audiências públicas na região a ser atingida pela integração. A primeira está prevista para o dia 15, em Fortaleza (CE), e as outras

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



serão realizadas até fevereiro.

De acordo com Pedro Brito, a população que vive na região do semi-árido é a grande beneficiada do projeto. Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas serão atendidas. "É uma região bastante inóspita, chove muito pouco ali", lembrou o ministro interino. A idéia, segundo ele, é dar condições para que as pessoas tenham água para beber e produzir economicamente.

Brito explicou que serão construídos dois canais: um em direção ao Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e outro a Pernambuco e Paraíba. A água será captada entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, em Pernambuco. O ministro interino informou que a parcela de água a ser retirada do rio é muito pequena e não vai prejudicar a população ribeirinha. "Corresponde a cerca de 1% da vazão do rio e isso é tão pouco que os instrumentos de medição da ANA (Agência Nacional de Águas), que é responsável pelo controle dos rios, não são capazes de perceber essa mudança", disse.

Além da integração da bacia do São Francisco, o ministro disse que o governo tem também outros instrumentos para atender à necessidade de água da região, como construção de cisternas, reformas e construção de poços. 10/01/2005

Obras no São Francisco podem levar água a 15 milhões

Juliana César

Brasília – O projeto de integração da bacia do rio São Francisco com outras seis bacias do norte nordestino beneficiará também as comunidades situadas ao longo dos dois canais. Os canais que integram as bacias devem percorrer cerca de 720 km.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Quatrocentas localidades situadas na região serão abastecidas por meio de adutoras.

No entanto, na área diretamente afetada pela obra, a 10 km dos canais, existem cerca de 700 famílias que poderão passar por um processo de desapropriação de terras. O cadastramento dessas famílias já começou. O governo dispõe, para 2005, de R\$ 70 milhões para a compra dos terrenos e reassentamento dos moradores.

Para o Ministério da Integração Nacional, os impactos positivos e negativos chegam a um equilíbrio. Principalmente se for levado em conta que as bacias receptoras passarão a garantir o abastecimento de quase 15 milhões de pessoas. Só na Paraíba, serão cerca de 1 milhão de beneficiados.

Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba, Liberalino de Lucena acredita que esse número pode ser ainda maior se, além do rio do Peixe, os canais chegarem ao rio Pinhacó. Aos 60 anos, o morador de Patos das Espinharas conhece bem o sofrimento provocado pela seca.

"Para o Nordeste, a transposição do rio São Francisco é uma questão de vida, e para a Paraíba eu diria que é questão de nascimento", filosofa o agricultor. "Na Paraíba, quando chove bem, chove 80 dias. Quando chove, que é difícil. Tivemos cinco anos de seca em que quase morre todo mundo."

Educador em Limoeiro do Norte (CE), Francisco Rosângelo Marcelino só espera que o governo cumpra a promessa e não utilize as águas do São Francisco prioritariamente para agronegócio e complexos industriais. Marcelino mora na região da bacia do Jaguaribe, o rio mais seco do mundo.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



"Nós vivemos numa região muito pobre. Como é que a gente quer distribuir riqueza, promover a inclusão social, se a gente não está socializando essa água?", pergunta o educador. "Aqui, as pessoas ficam lutando por uma cisterna de placa para captar água de chuva ou então são atendidas com carro-pipa."

De acordo com o Ministério da Integração, as Nações Unidas determinam que o nível mínimo de sobrevivência para uma pessoa beber água, tomar banho e ter alguma possibilidade econômica é de 1,7 mil metros cúbicos de água por habitante/ano.

Nas regiões que o projeto de integração pretende atingir, a disponibilidade está em torno de 500 metros cúbicos de água ao ano por habitante - praticamente um terço do mínimo que a ONU exige.

Pelos cálculos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), os recursos aplicados em atendimento emergencial em consequência dos efeitos da seca foram de R\$ 2,2 bilhões somente entre 1998 e 2000. 02/12/2004

No Congresso, projeto do Velho Chico divide bancadas de doares e receptores

Juliana César

Brasília – O projeto de integração da bacia do rio São Francisco com bacias do norte nordestino tem gerado debates entre parlamentares de estados "doadores" e "receptores", ou seja, os estados por onde o São Francisco passa hoje e os outros que serão beneficiados pelas obras. Na Câmara dos Deputados, alguns deputados já se mobilizam para criar uma comissão especial com o objetivo de analisar o projeto.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



O deputado federal José Carlos Machado (PFL-SE) defende a criação desse fórum de debates. Na última reunião da comissão especial que analisa a criação de fundo para revitalização da bacia, Machado apontou a má distribuição de água para a população do semi-árido da própria bacia do São Francisco como principal impeditivo para as obras.

"Existem pelo menos dez projetos de irrigação paralisados em Minas, Pernambuco e Alagoas", contabiliza o deputado. Na mesma reunião, o deputado federal Osvaldo Coelho (PFL-PE) chegou a afirmar que a população da bacia não vai permitir que a integração seja feita. "Vão ter que passar por cima do sangue", afirmou Coelho, que reivindica mais tempo para a discussão do projeto. "No Colorado (estado dos EUA), um projeto como esse ficou em debate durante 20 anos."

Entre os que se manifestaram a favor do projeto, o deputado Antônio Cambraia (PSDB-CE) lembrou que se a obra não for realizada, o problema social nas duas áreas tende a aumentar. "Não adianta irrigar apenas a margem do rio. Logo, os desempregados do norte virão para esse eldorado, que deixará de ser eldorado", ressaltou Cambraia, para quem a quantidade de água retirada na integração (entre 1% e 3,5% da vazão do rio, segundo o governo) é sustentável.

Posição semelhante teve o relator da comissão especial que analisa a proposta de criação do fundo de revitalização, o deputado Fernando Ferro (PT-PE). Para ele, "as oligarquias precisam compreender que o rio é um patrimônio nacional".

Ferro disse que antes de dar seu parecer, irá investigar o destino dado pelo governo federal, estados e municípios aos royalties pagos pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



(Chesf) para a revitalização da bacia. Ao todo, esses recursos somariam R\$ 90 milhões por ano, repassados desde 1988.

Para 2005, o governo federal pretende gastar cerca de R\$ 100 milhões com projetos de revitalização do São Francisco. Caso seja aprovada, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que cria o fundo para a revitalização hidroambiental da bacia do São Francisco garante aporte de mais R\$ 300 milhões oriundos de impostos federais. 02/12/2004

MPF recomenda suspensão das audiências sobre integração do São Francisco

Brasília - O Ministério Público Federal recomendou à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcos Luiz Barroso Barros, que determinem a suspensão das audiências públicas programadas para discutir o licenciamento ambiental do projeto de integração do rio São Francisco até que o impasse judicial esteja resolvido.

Nesta terça-feira, uma liminar da juíza substituta da 16ª Vara da Justiça Federal, do Distrito Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira, determinou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos se abstinhasse de colocar em pauta o projeto de integração. O Ibama programou 10 audiências públicas para acontecer entre os dias 6 e 20 de dezembro, em Belo Horizonte e em vários municípios do Nordeste.

A recomendação é assinada pelas subprocuradoras-gerais da República Sandra Cureau e Deborah Duprat, respectivamente titulares das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do MPF que tratam do meio ambiente e patrimônio público (4ª CCR) e de comunidades indígenas e minorias (6ª CCR). Elas alegam

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



que o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) considera a Bacia do São Francisco como área de influência indireta, deixando de apresentar o devido diagnóstico dos impactos ambientais na gestão dos recursos hídricos daquela região.

De acordo com as subprocuradoras-gerais, o Rima também não aborda o impacto econômico do custo da água a ser disponibilizada aos Estados receptores e, por não se basear numa definição adequada das áreas de influência do projeto, deixa de contemplar as populações tradicionais afetadas pela obra.

Outra razão apontada pelas representantes do MPF para recomendar a suspensão das audiências é o fato de que os locais escolhidos inviabilizam a participação popular, principalmente das populações de menor poder econômico. Elas acrescentam que a linguagem técnica empregada na elaboração do relatório é de difícil compreensão para os participantes das audiências públicas, deixando de cumprir o objetivo de informar a sociedade sobre o projeto e seus impactos socioambientais. Com informações do Ministério Público Federal
02/12/2004

Conselho examina dia 17 se rio São Francisco tem água suficiente para integração com outras bacias

Juliana Andrade

Brasília - O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) examina na próxima segunda-feira (17) o parecer em que a Agência Nacional de Águas (ANA) garante que há água em quantidade suficiente no rio São Francisco para sua integração com bacias hidrográficas do Nordeste. Caso o parecer seja aprovado, o conselho publicará uma resolução viabilizando a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



outorga do uso da água e o licenciamento ambiental para a obra, cujo projeto é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

De acordo com a agência, o rio São Francisco tem capacidade para fornecer água a regiões do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No final de novembro do ano passado, os membros do Conselho de Recursos Hídricos haviam se reunido para discutir o assunto, mas foram impedidos por uma liminar apresentada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu e conseguiu derrubar a decisão liminar, o que possibilitou a realização de nova reunião.

O diretor-presidente da agência, Jerson Kelman, afirmou, em entrevista à Agência Brasil, que levar a água do São Francisco até a região receptora é uma condição necessária, mas não suficiente para resolver o problema da região. "A verdadeira discussão que deve ser tratada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos não é quanto à disponibilidade de água, porque essa existe. A verdadeira discussão deve ser quanto à oportunidade dos investimentos e a outras medidas que são necessárias para garantir que o direito do acesso à água, que é um direito humano fundamental, seja assegurado a todos os brasileiros, e não apenas àqueles que vivem na beira do rio", disse ele.

Para Kelman, é preciso dar continuidade a iniciativas voltadas à criação de redes de adutoras e tubulações que distribuam a água pelos estados receptores. "Caso isso não viesse a ser feito, a água ficaria apenas estocada nos açudes, o que não serviria a ninguém, mas, felizmente, essas providências já estão sendo executadas. O esforço de criar essa rede já está em execução em todo o Nordeste por meio de um programa chamado Pró-

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Água (do Ministério da Integração Nacional), cuja continuidade é condição essencial para garantir água a todos", destacou.

Na opinião do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, os vários pontos de vista divergentes em torno do projeto de integração da bacia do rio São Francisco permitem comparar o debate sobre o assunto a uma partida de futebol. "Cada setor olha só um aspecto da questão, como se fossem torcidas de futebol, cada uma olhando só os méritos do seu time ou os defeitos do time oposto. Mas, ao contrário do futebol, neste caso é possível que os dois times ganhem, porque na realidade existe água suficiente para atender às necessidades das duas regiões", reforçou Kelman, que permanece no cargo até a próxima sexta-feira (14), quando assumirá o comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Jerson Kelman lembrou que o uso das águas de um rio fora da bacia hidrográfica em que se localiza não é novidade no Brasil. "Temos dois exemplos interessantes. O primeiro diz respeito ao uso das águas do rio Paraíba do Sul para abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro. Num certo local onde o rio passa, 66% são desviados para atender a região metropolitana do Rio de Janeiro e só 34% seguem o caminho normal do rio. No caso do rio Piracicaba, 75% da água do rio, num certo local, são desviados para abastecer a região metropolitana de São Paulo. E só 25% seguem o seu caminho normal", observou.

De acordo com Kelman, se o projeto de integração da bacia do rio São Francisco sair do papel, o impacto será menor que o dos dois exemplos mencionados, uma vez que só 3% seriam utilizados para abastecer os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. "E 97% da vazão média seguiriam o caminho normal. Portanto, não há razão para aqueles que estão muito aflitos com essa possibilidade de uso

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



da água do São Francisco nesses estados porque certamente o impacto será muito reduzido", afirmou.

No próximo sábado (15), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) retoma as audiências públicas de avaliação do impacto ambiental do projeto. Estão previstos oito encontros. As reuniões haviam sido suspensas no início de dezembro, por decisão da Justiça Federal. 10/01/2005

Governo vai implantar em breve projeto de integração do São Francisco

Ana Paula Marra

Brasília - O chefe de gabinete do Ministério de Integração Nacional, Pedro Brito, voltou a dizer hoje que em breve o governo federal vai implantar o Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Segundo ele, o projeto visa a trazer segurança hídrica ao semi-árido brasileiro e acabar com a indústria da seca. Brito participou hoje, junto com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, da reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), no Palácio do Planalto.

Marina Silva disse ser favorável a projetos que possibilitem o desenvolvimento sustentável do país, mas reforçou a necessidade de haver sempre uma política de preservação ambiental. "Temos que promover a inclusão social, mas esta idéia precisa estar ligada ao cuidado que temos de ter com os nossos recursos naturais", defendeu Marina, ao falar sobre segurança alimentar no semi-árido brasileiro, na reunião do Consea.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



A ministra do Meio Ambiente defendeu a revitalização do São Francisco. Ela anunciou que, em breve, serão liberados R\$ 100 milhões para as ações de recuperação da mata ciliar e das áreas degradadas do rio. "Todos somos favoráveis à revitalização. A meta do governo brasileiro para 2005 é implantar 13 milhões de hectares de unidades de conservação para resolver a inteira poluição do rio pelo esgoto que é lançado na bacia", disse Marina.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional vai beneficiar os municípios do agreste e dos sertões dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ele prevê a construção de dois canais – um a Leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba, e outro na direção Norte, que vai destinar água para os municípios do Ceará e Rio Grande do Norte. 14/12/2004

Construção de cisternas e adutoras busca soluções para semi-árido do São Francisco

Juliana Cézar

Brasília - Até hoje, moradores do semi-árido da Bacia do São Francisco vivem a poucos quilômetros do rio e não são abastecidos por ele. Para solucionar esse problema, o governo federal criou programas para a construção de adutoras - canais de abastecimento (Pró-Água Semi-Árido), a cargo do Ministério da Integração Nacional, e para a instalação de um milhão de cisternas - sistema que coleta água da chuva e a armazena em um reservatório - em todo o semi-árido, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com a rede de organizações não-governamentais Articulação no Semi-Árido

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasileiro

(ASA).

Estudante e mobilizador social, o baiano Orlando Rosa Araújo peregrinou nos últimos meses por diversas comunidades da bacia do rio São Francisco. Ele conta que as ações do governo já começam a surtir efeito, mas a população ainda enfrenta dificuldades. Orlando se diz contrário ao projeto de integração. Para ele, é preciso primeiro resolver, de forma definitiva, o problema dos moradores da própria bacia.

"Esse povo, eles vivem numa situação... Vegetam, escapam, porque abrem buracos na beira da estrada, essa água vai se juntando durante a chuva e, no período da seca, eles vão se mantendo ali", revela Orlando. "Mas hoje, com o programa de cisternas ou captação de água de chuva, eles se mantêm muito bem, porque grande parte da população já tem cisternas de placa, que é uma alternativa para o semi-árido."

O Ministério das Cidades também tem atuado na bacia do São Francisco com ações de saneamento incluídas no programa de revitalização. De acordo com o diretor de Água e Esgoto do ministério, Clóvis Francisco do Nascimento, até o final do governo Lula, estão previstos investimentos de R\$ 600 milhões.

"Essas ações visam dotar os municípios de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo", explica Nascimento. "O rio São Francisco recebe hoje uma grande quantidade de esgotos in natura, o que acaba acarretando uma situação de poluição." 02/12/2004

Ações paralelas do governo federal tentam revitalizar rio São Francisco

Juliana César

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - Estudos da Agência Nacional de Água (ANA) mostram que a quantidade média de água no rio São Francisco continua a mesma ao longo dos anos. O problema é que o desmatamento nas margens não permite a absorção do líquido pelo solo, responsável natural pela regulação da vazão do rio. Com isso, a água escorre rapidamente pela bacia em direção ao mar.

Para solucionar problemas como esse, o governo federal lança neste ano o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Em 2004, foram investidos R\$ 26 milhões no programa. Para 2005, estão previstos R\$ 100 milhões. O coordenador do programa, Maurício Laxe, diz que a verba está sendo usada em projetos de saneamento, despoluição e reflorestamento.

O Ministério do Meio Ambiente planeja aumentar a área das unidades de conservação na região, principalmente no Parque Nacional do Canyon do São Francisco e na área de proteção do Xingó. "Também iniciamos convênio com a Prefeitura de Ibotirama (BA) para recuperar um antigo vapor do São Francisco", conta Laxe. Segundo ele, o barco-escola dialoga tanto no resgate das questões culturais como na educação ambiental e na sensibilização das comunidades para que participem do programa de revitalização. "Depende da integração com todos."

Com a degradação do rio São Francisco, 30% de sua extensão deixaram de ser navegáveis. Para conscientizar a população, o governo também aposta na educação ambiental. Alguns projetos já estão sendo desenvolvidos em regiões próximas ao São Francisco. Eles contam com a criatividade e a disposição de pessoas como a educadora Terezinha Moura, de Sergipe. Com material cedido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), ela ensina crianças e jovens da comunidade de Mocambo, no município de Aquidabã, a preservar o rio. Mocambo tem 350 moradores.

"O rio São Francisco abastece essa comunidade, o peixe que chega aqui vem do São Francisco. Apesar de eles não terem muito esse conhecimento, a gente está alertando para que haja uma preservação e uma conscientização bem maior", revela Terezinha. "Se o rio seca, toda a comunidade será afetada. As pessoas só têm água encanada em casa por causa do rio."

01/12/2004

População ribeirinha teme diminuição no volume do rio São Francisco com obras

Juliana César

Brasília - O projeto de integração da bacia do rio São Francisco com outras bacias do norte nordestino desperta desconfiança em setores da população ribeirinha. As comunidades que dependem do São Francisco para viver querem ter a garantia de que a integração não diminuirá o volume das águas.

O pescador Pedro Alves da Costa, presidente da colônia de pescadores Z- 41 e membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, conta que os colegas do baixo São Francisco têm presenciado uma série de períodos de seca no rio. De acordo com ele, fora da represa da barragem de Sobradinho, só há peixe em tempo de enchente.

"Era preciso agora uma recuperação dos afluentes, reflorestamento, educação ambiental, antes de pensar em transposição", acredita o pescador. "A população ribeirinha olha para o rio como se fosse uma coisa deles, é como se estivesse

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



mexendo com um filho, com a mãe. Há um medo muito grande de uma obra que venha trazer problema pro rio."

Juliana Sarti Roscoe, geóloga do Ministério da Integração Nacional, argumenta que o percentual de água retirada pela integração não será significativa e que a população da área onde a água será captada não terá prejuízos.

"O balanço hídrico da bacia é equilibrado, o que acontece é que no alto São Francisco, como você desmatou muitas áreas, quando chove as águas escoam rapidamente para a calha do rio e ela fica parada no reservatório de Sobradinho", explica a geóloga. "Para a população que vive nessas regiões muito desmatadas, surge a impressão de que você tem menos água, mas, na verdade, a água escoam mais rápido, um processo que a própria exploração da região causou." 01/12/2004

Impacto ambiental de projeto no São Francisco será avaliado em audiências públicas

Juliana César

Brasília – O Ministério da Integração Nacional espera que, até o fim deste ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encerre as discussões sobre o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) do projeto de integração da bacia do rio São Francisco e delibere sobre a concessão de Licença Prévia Ambiental (LPA).

Durante reunião ontem (30) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estava marcada a votação de um parecer da Agência Nacional de Águas (ANA) que garantia haver água suficiente no São Francisco para o projeto de integração de bacias do Nordeste. Caso o parecer fosse aprovado, o conselho publicaria

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



resolução viabilizando a concessão do uso da água e o licenciamento ambiental para o projeto. Uma liminar, entretanto, da juíza substituta da 16ª Vara da Justiça Federal, do Distrito Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira, determinou que o conselho suspendesse a votação. A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu da liminar e o pedido de cassação deve ser julgado a partir de hoje pelo Tribunal Regional Federal (TRF).

O relatório de impacto ao meio ambiente foi entregue ao órgão em julho deste ano. O documento será debatido entre 6 e 20 de dezembro em audiências públicas regionais. Serão nove audiências públicas. Os encontros começam em Salvador (BA) e terminam no dia 20 de dezembro em Salgueiro (PE), passando por Belo Horizonte (MG), Juazeiro (BA), Penedo (AL), Aracaju (SE), Fortaleza (CE), Natal (RN) e Souza (PB).

O levantamento que será discutido nas reuniões mostra impactos positivos da obra como abastecimento da população e desenvolvimento da economia. Apresenta também impactos negativos do empreendimento, entre eles a transferência de fauna, a perda de 430 hectares de vegetação nativa e a redução de 2,4% da energia média gerada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

Para o coordenador técnico do projeto de integração, João Urbano Cagnin, o benefício que a obra trará vai compensar esses prejuízos. "É um projeto de baixo impacto, porque ele retira do rio apenas cerca de 3% da água, aproveita toda uma infra-estrutura de açudes e barragens e vai atender populações interiores que não têm fontes hídricas seguras", avalia o coordenador.

Entre as medidas compensatórias para os impactos ambientais

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



negativos está a criação de unidade de conservação com 1 milhão de hectares no bioma caatinga. O governo federal também planeja criar um programa de apoio às comunidades indígenas localizadas nas proximidades das áreas onde os canais serão construídos e a água do São Francisco captada.

Representante dos índios que moram na região do Velho Chico, o líder indígena Ailson dos Santos pede que a integração das bacias seja mais discutida com a população ribeirinha. Ailson faz parte da tribo Truká. Com 4 mil índios, ela será diretamente afetada pelas obras.

"A gente vive da cultura de subsistência que é arroz, milho, feijão e mandioca e o que restou da pesca", conta Santos. "A gente já não tem mais a pesca, mas o pouco que restou a gente ainda consegue pescar para sobreviver. Se essa transposição sair, nós literalmente vamos ser um dos mais afetados porque tá em cima da nossa terra." 01/12/2004

Ciro diz que ministério vai recorrer da liminar que adiou votação sobre integração do São Francisco

Ellis Regina

Brasília - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, declarou nesta terça-feira (30) que sua pasta deverá recorrer da liminar do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que impediu o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) de votar o parecer da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o projeto de integração do rio São Francisco.

No parecer, a ANA garantia haver água em quantidade suficiente no Rio São Francisco para o projeto de integração de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



bacias do Nordeste. Ciro afirmou, no entanto, que a decisão da justiça será cumprida pelo ministério. "A justiça na democracia é para ser cumprida, ainda que você não perceba o que há de justo nisso. Não é papel nosso comentar nada. Cumpra-se".

Se o parecer fosse aprovado, o Conselho publicaria uma resolução viabilizando a concessão do uso da água e o licenciamento ambiental para o projeto. Os promotores justificam, entretanto, que entraram com mandado de segurança impedindo a votação porque as discussões sobre a integração não foram esgotadas no âmbito do Comitê de Bacias do São Francisco.

Ciro Gomes fez as declarações após sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao cinquentenário da fundação da Universidade Federal do Ceará. 30/11/2004

Liminar adia votação de parecer sobre integração do São Francisco

Keite Camacho

Brasília - Após liminar da juíza substituta da 16ª Vara da Justiça Federal, do Distrito Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira, determinando que o Conselho se abstinhasse de colocar em pauta o projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, agendado para hoje, um comunicado da ministra Marina Silva foi divulgado para explicar que a reunião foi convocada em regime de urgência e que ficou prejudicada por causa da liminar. Entretanto, diz que o governo vai adotar medidas legais cabíveis pra garantir ao Conselho o direito de deliberar sobre o assunto.

Na pauta do Conselho, estava marcada a votação de um parecer

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



da Agência Nacional de Águas (ANA), que garantia haver água em quantidade suficiente no Rio São Francisco para o projeto de integração de bacias do Nordeste. Caso fosse aprovado na reunião de hoje, o conselho publicaria uma resolução viabilizando a concessão do uso da água e o licenciamento ambiental para o projeto.

José Carlos Carvalho, presidente do Comitê de Bacia do São Francisco, destacou que o Ministério Público (quem propôs a ação) acompanhou todo o processo de discussão do projeto. "O Ministério Público entendeu que a iniciativa da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos contrapõe determinadas medidas adotadas pelo comitê e, por iniciativa própria, entrou na justiça pedindo que as decisões do comitê sejam observadas", afirmou.

José Carlos disse ainda que espera que, da mesma forma que houve grande debate no âmbito do comitê em relação ao tema, que o mesmo possa ocorrer no âmbito do CNRH. "Quem sabe esta decisão da justiça possa nos ajudar a iniciar um novo período de diálogo, buscando uma solução que atenda a todo o semi-árido brasileiro", declarou.

Carlos defende que a questão seja tratada no âmbito de um programa de desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro e da bacia hidrográfica do São Francisco. Ele acrescentou que a questão agora é sobre o mérito do projeto e que o Comitê não é contra a transposição para abastecimento humano e dessedentação animal. Mas sim, contra a amplitude dada a ele, de direcionamento da água para a irrigação e criação de camarão, por exemplo. 30/11/2004

Comitê admite apenas uso emergencial das águas da bacia do São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Aloísio Milani

Brasília - Secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, o professor Luiz Carlos da Silveira Fontes, da Universidade Federal do Sergipe, representa a sociedade civil no órgão. O comitê, formado, além da sociedade civil, pelas três esferas de governo, realizou recentemente uma série de consultas públicas relativas ao projeto de integração da bacia do rio.

Fontes relata que os cerca de 4 mil participantes desses eventos rejeitaram unanimemente o projeto apresentado pelo governo, embora admitam o uso das águas do São Francisco fora da área da bacia para o abastecimento emergencial em caso de seca. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Agência Brasil - Como foi a dinâmica da consulta do Comitê sobre o projeto?

Luiz Carlos Fontes - O comitê estava concluindo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco. O último ponto analisado e deliberado foi o uso externo das águas da bacia. Nesse momento, o governo federal, por meio dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, solicitou um prazo para uma possível negociação com o Comitê. Nós condicionamos que qualquer proposta que viesse a ser formulada deveria ser submetida às consultas públicas. Isso foi feito, as consultas públicas começaram a partir de 14 de outubro e se encerraram dia 24, nas cinco regiões que compõem a bacia.

Cerca de quatro mil pessoas compareceram às consultas. Elas foram unânimes em rejeitar por completo qualquer projeto de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



transposição para qualquer tipo de uso, inclusive, abastecimento humano e animal. Com esse resultado em mãos, o Plenário e o Comitê se reuniram em Salvador nos dias 26 e 27 de outubro, para deliberar os usos do São Francisco para outras bacias, as chamadas transposições.

Agência Brasil - Quais foram os motivos da recusa do projeto?

Luiz Carlos Fontes - O Comitê entende que o objetivo do projeto é minorar o problema da sede nesses estados mais ao norte. Quando vimos o resultado das consultas, fizemos uma leitura de que, na realidade, o que estava sendo rejeitado não era essa possibilidade de atendimento a quem tem sede, a rejeição era ao projeto que estava sendo defendido pelo Ministério da Integração. As pessoas temem que a possibilidade de se abrir ao uso humano e animal a água seja utilizada como uma porta aberta para a concretização desse projeto que está aí.

Na reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco em Salvador, entendemos que não poderíamos fechar as portas para uso humano e animal. Fizemos o seguinte: os usos das águas do São Francisco como insumos produtivos, para serem usadas em projetos de natureza econômica, se restringem única e exclusivamente ao desenvolvimento da bacia do São Francisco, ou seja, só pode ser usada a água dentro da bacia.

A única inserção aberta para usar as águas do São Francisco para outras bacias é no atendimento em situações de escassez comprovada de uso humano e animal. Isso, na prática, significa uma total rejeição ao projeto de transposição proposto pelo Ministério da Integração. Ele inviabiliza o projeto, particularmente no eixo norte, porque esse eixo pretende levar 70% da água para outros usos.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Também questionamos os valores apresentados nesse projeto já que os números não batem. Eles estão pedindo um valor muito acima do que seria necessário para complementar a água que já existe e atende essa população. Essa foi a forma que o Comitê encontrou para também se manifestar contrário a esse projeto. Isso ficou claro em todos os posicionamentos apresentados na reunião plenária.

Agência Brasil - E quanto à avaliação das outorgas?

Luiz Carlos Fontes - O Plano de Recursos Hídricos da bacia, fruto de estudos realizados pela Agência Nacional de Água (ANA), mostra claramente que, hoje, temos outorgados na bacia 335 m³/s. O Comitê fixou a vazão máxima que pode ser retirada do rio em 360 m³/s. Entendemos que é preciso deixar no rio quantidade suficiente para manter a vida, a biodiversidade, os múltiplos usos. Isso significa, que no momento, só temos 25 m³/s para ser distribuído por todos os novos projetos que venham a surgir na bacia, nos próximos anos e no restante da vida do rio.

É uma situação muito crítica do ponto de vista de ordem legal, essas pessoas detêm o direito de tirar essa água. Então, o Comitê apontou a necessidade de se fazer uma revisão das outorgas para verificar a situação real, saber exatamente quanto está disponível para novos projetos. O que se sabe é que, desses 335 m³/s que já foram concedidos, só 100 m³/s está sendo usado. A revisão da outorga é necessária, e a prudência mostra que um projeto que pede 127 m³/s no máximo e 65 m³/s em média não pode ser atendido sem que antes se faça essa revisão das outorgas.

Manobras são feitas na tentativa de justificar o projeto. Procura-

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



se vender a idéia que está sendo tirado apenas 1% ou até 3,5% da vazão existente no rio, quando, na verdade, o cálculo correto é saber quanto o projeto de transposição quer levar da água do rio. Quer dizer, pretende-se levar quase metade da água que o rio São Francisco dispõe para todo o uso dentro da bacia.

Agência Brasil - Qual a representatividade do Comitê e do Conselho?

Luiz Carlos Fontes - De forma participativa, o Conselho é a última instância. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) é, em sua maioria, formado pelo governo federal e tem representantes dos estados e uma participação muito pequena da sociedade e dos usuários. De forma participativa, representando os interesses e pensamentos da bacia, que é um dado de planejamento definido na Lei das Águas, é realmente o Comitê. A lei 9.433 diz que compete ao Comitê aprovar o plano da bacia. Então, esse plano não tem que ser encaminhado ao CNRH.

Para que isso aconteça, tem que ser por um documento contra a decisão do Comitê. Outra forma de esse assunto ir para o CNRH é, como foi dada entrada hoje, por meio de regime de urgência, sob alegação de que o projeto afeta mais de um estado e que, portanto, seria de competência do Conselho.

Agência Brasil - O Conselho decidirá em última instância como o Comitê vai acompanhar a decisão?

Luiz Carlos Fontes - O Comitê levou quase dois anos discutindo o projeto, analisando e submetendo a consultas públicas. Esse processo envolveu cerca de 15 mil pessoas em todas as rodadas de consulta. Dialogamos com o governo federal e não era correto nem ético que o Conselho, numa única

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



manhã, decidisse sobre o projeto. Vamos tentar interferir junto aos conselheiros de forma que eles levem em consideração todos os argumentos que estão sendo apresentados pelo Comitê.

As decisões que foram tomadas refletem a vontade da bacia e esse é o entendimento que nós temos que ter com o futuro da bacia do rio São Francisco. Tanto com relação à sustentabilidade do rio, como ao direito de fazer uso desse patrimônio natural. Temos cerca de oito milhões de hectares irrigados na bacia do São Francisco, dos quais três milhões estariam em situação de pequenas distâncias do rio. Hoje, com a água disponível, nós não conseguiríamos irrigar nem um milhão. Abrir mão de uma fatia dessa para outra bacia teria que ser um processo de ampla negociação.

Agência Brasil - Na avaliação, quais os impactos trazidos pelo projeto?

Luiz Carlos Fontes - Para ele ser viabilizado, terá alterações na operação da barragem de Sobradinho. Elas vão repercutir no leste São Francisco e no baixo São Francisco, que são regiões altamente impactadas, que sofrem há anos as conseqüências da instalação dessas barragens. No lugar de uma revitalização, nós vamos ser submetidos a situações ainda mais graves que as que hoje nós já enfrentamos.

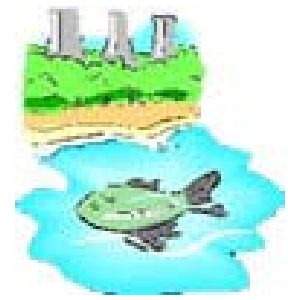
30/11/2004

Engenheiros do Império já pensavam em usar São Francisco para amenizar seca

Juliana César

Brasília - Antes mesmo de os portugueses chegarem ao Brasil,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



os índios conheciam e utilizavam o rio que apelidaram de "Opará", rio-mar, em língua indígena. Mas, foi o navegador Américo Vespúcio que deu a ele o nome de rio São Francisco.

No século XIX, os engenheiros do imperador Dom Pedro II já sonhavam em utilizar uma parte das águas do São Francisco para combater os efeitos da seca no sertão. No século XVIII, durante uma seca no norte nordestino, o governo português enviou três navios de mantimentos para o Brasil, como forma de ajudar os flagelados.

A partir de 1839, cientistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fizeram o primeiro estudo na área. Chefe da missão, o barão de Capanema já recomendava melhorias nas estruturas de transporte e armazenamento de água.

De acordo com o relatório de impacto ambiental do atual projeto de integração do São Francisco, o barão propôs a construção de 30 açudes e de um sistema que levasse água do São Francisco para o rio Jaguaribe, no interior do Ceará.

Logo após a grande seca que vitimou 1,7 milhão de pessoas entre 1877 e 1879, os republicanos criaram uma inspetoria que produziu o mapa de um canal que interligaria o São Francisco ao Jaguaribe.

A interligação das bacias também foi discutida por órgãos como o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), criado no governo Getúlio Vargas, e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Na década de 80, os técnicos do DNOCS chegaram a elaborar um projeto de transposição em parceria com um organismo norte-americano especializado em agricultura, irrigação, solos e

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



recursos hídricos. A idéia era captar 15% da vazão do Velho Chico.

Esse estudo foi retomado em 1994. A equipe técnica do então presidente Fernando Henrique Cardoso previa a retirada de 7,5% da vazão regularizada por Sobradinho. O projeto atual prevê a transferência média de 2,3% (1% a 3,5%) da vazão regularizada do rio São Francisco na barragem de Sobradinho.

"O projeto do governo passado foi modificado radicalmente. Eles pensavam em tirar 300 m³/segundo do rio, o que representava uma parcela importante", avalia o coordenador-geral do projeto de integração das bacias, Pedro Brito. "No começo, a gente só vai tirar 26 m³/segundo. Somente em 2025 vamos chegar a uma média de 61 m³/segundo. Essa quantia é tão pequena que nem os instrumentos da Agência Nacional de Águas são capazes de captar."

De acordo com Brito, também está descartada pelo atual governo a hipótese de transpor o rio Tocantins para o São Francisco. Para ele, isso é "tecnicamente viável para um futuro ainda não dimensionável". "Talvez seja necessário fazer um reforço no São Francisco, mas só depois de, no mínimo, 2050", calcula o também chefe-de-gabinete do ministro Ciro Gomes.
30/11/2004

Integração liga um dos rios mais perenes do país ao maior rio seco do mundo

Juliana César

Brasília – O atual projeto de integração da bacia do rio São Francisco, desenvolvido pelo ministério da Integração Nacional, interliga o rio que está entre os mais perenes do Brasil com

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



bacias de rios famosos por não terem água a maior parte do ano. "Um deles, o Jaguaribe, no Ceará, é conhecido como o rio mais seco do mundo", conta a geóloga do ministério, Juliana Sarti Roscoe.

Com 2,7 mil quilômetros de extensão, o rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, em Minas Gerais, e atravessa cinco estados até desaguar no mar. A foz fica entre os estados de Sergipe e Alagoas. Antes de chegar até ela, o rio banha cinco estados. A bacia alcança também Goiás e Distrito Federal. De acordo com o censo de 2000, 13 milhões de pessoas habitam a área da bacia do São Francisco.

A água para a integração das bacias será captada em uma região entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, em Pernambuco. Por meio de dois canais, estações de bombeamento, pequenos reservatórios e usinas hidrelétricas para auto-suprimento, a água vai abastecer rios e reservatórios de municípios do semi-árido, agreste Pernambuco e região metropolitana de Fortaleza.

"A função do projeto não é transformar rios intermitentes em permanentes. Mas garantir que você vai ter uma segurança nos reservatórios. Todo o sistema de abastecimento humano está centrado nos reservatórios de onde saem as adutoras. A função do projeto é garantir que em uma seca esses reservatórios não fiquem secos", explica Juliana Roscoe.

"Embora a lógica do projeto não seja de perenização, haverá um ponto de entrada da água no rio que tenha calha para receber se provocar a erosão. A população que estiver na calha desses rios vai ser beneficiada. Esse rio passará a ter água o ano inteiro."

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



De acordo a geóloga, os canais vão usar a calha de alguns rios para abastecer importantes açudes da área beneficiada pela integração. Entre os açudes estão: Castanhão (CE), Armando Ribeiro Gonçalves (RN), Entremontes (PE), Pau dos Ferros (RN), Santa Cruz (RN), Chapéu (PE), Poço da Cruz (PE) e Boqueirão (PB). 30/11/2004

Projeto precisa de aval do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Juliana César

Brasília - Para que o projeto de integração da bacia do São Francisco seja efetivado, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) precisa decidir sua aprovação em plenário, com a participação de todos os conselheiros, sem passagem do projeto pelas câmaras técnicas.

No Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, responsável pela elaboração de critérios para o uso água do rio, o projeto recebeu várias críticas e foi rejeitado pela maior parte dos integrantes. De acordo com o presidente do comitê, José Carlos Carvalho, isso aconteceu porque o projeto falha por não restringir a destinação das águas para consumo humano, adiantar-se às discussões sobre revitalização e sobrepor às ações no semi-árido do norte setentrional às medidas no semi-árido do São Francisco, que também sofre com a falta de infraestrutura para transporte e distribuição da água.

"Além disso, de acordo com o projeto, para que a água seja retirada do São Francisco, é preciso que a Barragem de Sobradinho esteja praticamente vertendo, com 94% da sua capacidade. E isso já ficou sem acontecer por praticamente oito anos", afirma Carvalho. "Trata-se de um projeto muito caro

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



para um abastecimento que pode ser limitado por condições que fogem ao controle do gestor. Existem opções mais baratas."

Coordenador-geral do projeto de integração, João Urbano argumenta que o norte nordestino concentra quase 40% a população do polígono das secas. E obriga o governo a pensar em obras maiores. Sobre a viabilidade do projeto, o coordenador argumenta que, após a Barragem de Sobradinho, a vazão é regularizada.

Portanto, segundo ele, é possível retirar dos pontos de captação, no mínimo, uma vazão constante de 26 m³/s, necessária para o consumo humano e animal. Apenas para a retirada do excedente médio de 64 m³/s seria necessária que a barragem estivesse cheia ou prestes a verter.

"Quando você tem uma restrição hídrica e uma população grande, não há como atingir as comunidades com uma obra pequena", defende Urbano. "Esse projeto de integração tem como lema 'água para viver'. E, para viver, as pessoas precisam de água para consumo, mas também precisam de um abastecimento que gere emprego." 30/11/2004

Governo federal quer iniciar integração da bacia do rio São Francisco em 2005

Juliana César

Brasília – Uma das principais ações do governo federal para 2005 ainda está no papel. Mas, se aprovada em todas as instâncias previstas por lei, promete ser uma das maiores obras de infra-estrutura realizadas na gestão do presidente Lula. Os números impressionam, e ainda são discutidos os possíveis benefícios que pode trazer a integração da bacia do rio São

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Francisco com outras seis bacias do norte nordestino.

No início do mês, durante a inauguração da nova área do aeroporto internacional de Petrolina (PE), o presidente afirmou que levar água para o Nordeste "não é um compromisso de presidente, mas de retirante nordestino", que em 1952, por falta de oportunidade, foi obrigado a deixar a região. Para cumprir esse "compromisso", o governo federal já reservou R\$ 1,07 bilhão no orçamento de 2005 para o projeto de integração das bacias.

Na avaliação do governo, caso o projeto de integração seja aprovado pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e obtido o aval do Congresso Nacional para o orçamento, as obras começam a partir de fevereiro. Ao todo, a construção de dois canais que, somados chegam a 720 km, com estações de bombeamento e mini-hidrelétricas no caminho, custará cerca de R\$ 4,5 bilhões.

A primeira etapa do projeto tem conclusão prevista para 2006. Até lá, o ministério da Integração Nacional pretende convencer os brasileiros que o termo mais usado para transferência das águas, transposição, deve ser substituído por integração.

"Transposição significa que você está pegando uma parte importante do rio e levando para outro lugar. Na transposição do rio Tejo, em Portugal, 50% da vazão do rio foi retirada e transferida para a Espanha. No Colorado (EUA), retiraram 80% da vazão do rio para irrigação", conta o coordenador-geral do projeto de integração do São Francisco, Pedro Brito, ex-secretário de Fazenda do Ceará.

"No nosso caso, a palavra correta é integração, porque vamos retirar entre 1% e 3,5% da vazão regularizada a partir da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Barragem de Sobradinho (porcentagem calculada com base na vazão 1.850 m^3 , ou seja, a vazão firme da foz, número importante para avaliar a interação entre rio e mar)."

Pelos cálculos do ministério da Integração Nacional, cerca de 15 milhões de pessoas devem ser beneficiadas pela integração. A água, levada por canais de concreto nos eixos norte e leste, deverá ser usada, prioritariamente, para consumo humano. Norma cumprida, o gestor do sistema deve avaliar a possibilidade de liberação da água para agricultores e industriais. 30/11/2004

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)